

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS MACHADOS - ESTADO DE MINAS GERAIS - MG**

**REF.: PREGÃO PRESENCIAL No. 12/2023 - PROCESSO LICITATÓRIO No. 104/2023**

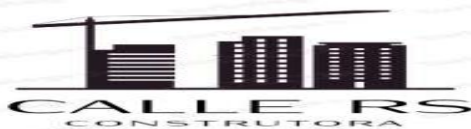
A empresa **CALLE RS CONSTRUTORA LTDA**, com sede a Rua das Filoméias, 34 - Centro - Pirapora do Bom Jesus/SP., inscrita no CNPJ sob o No. 53.139.883/0001-81, pessoa jurídica de direito privado, por sua representante legal, abaixo assinado, perante Vossa Senhoria, apresentar as suas **CONTRA RAZÕES DE RECURSO** que seguem anexas à presente, pelo que requer o seu regular processamento e posterior remessa à autoridade hierarquicamente superior.

**RAZÕES DE RECURSO**

**ALEGAÇÃO DE PREÇO INEXEQUIVEL:**

A empresa recorrente **AP SOARES CONSULTORIA, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, no processo em referência, primeiramente em relação a preço, em seu Recurso Administrativo, alega que a recorrente a recorrente, juntamente com as empresas **AM ARQUITETURA E ENGENHARIA, CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, estão inexecutáveis, e que com base em sua matemática financeira, em percentuais, os valores estão da seguinte forma:

<p><b>CATHI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA</b> - 82% de desconto em relação a estimativa, que só o mesmo tem conhecimento</p> <p><b>CALLE RS CONSTRUTORA</b> - 79% de desconto, em relação a estimativa, que só o mesmo tem conhecimento</p> <p><b>AM ARQUITETURA E ENGENHARIA</b> - 73% de desconto, em relação a estimativa, que só o mesmo tem conhecimento.</p>
--



Contudo, as alegações da recorrente empresa **AP SOARES CONSULTORIA, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, tem realmente como prosperar, até porque o critério de julgamento do presente processo, conforme página 04 em seu preambulo, é claro, **MENOR PREÇO POR ITEM**. Portanto, ao partir do momento, que a se faz o julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, para se estabelecer ou enquadrar os valores com preço inexequível, bem como, estabelecer percentuais, em relação a estimativa, se torna, inviável, visto que, primeiramente porque o edital não foi mencionado a presente estimativa, segundo que, os valores são por hora e individuais, ou seja, por categoria profissional, sendo assim, se estabelecer, preço inexequível, por hora, com base no que foi disposto nas condições do Edital, seria uma temeridade, caindo por terra as alegações da recorrente empresa. Em tempo, para se estabelecer um conexão, entre a estimativa do presente, e o preço final apresentado, se somarmos, os preços das 03 empresas, possíveis vencedoras do processo, com os valores globais, teríamos, o valor global total de **R\$ 2.101.088,00(Dois Milhões, Cento e Um Mil, Oitenta e Oito Reais)**, ou seja, aproximadamente, **56,00%(Cinquenta seis Por cento)**, de desconto, baixo da estimativa, não sendo considerado inexequível, reforçando, que o Edital, o critério de julgamento, é por **MENOR PREÇO POR ITEM**. Portanto, a matemática financeira da recorrente empresa, não tem com o prosperar.

#### **ALEGAÇÕES SOBRE O CNAE DAS EMPRESAS:**

Com relação aos argumentos utilizados para o CNAE., a recorrida empresa, também se perde, por total desconhecimento da legislação, bem como, por falta de leitura e observação do contrato social, no objetivo da sociedade da recorrida empresa **CALLE RS CONSTRUTORA** ., nos termos, sob a alegação de que a mesma, desrespeita Edital, quanto ao objeto licitado, alega a mesma que e que seu CNAE., também não é compatível com os serviços objeto em questão.

Primeiramente, a colocação de que a recorrida empresa **CALLE RS CONSTRUTORA**, desrespeita e não atende ao Edital, a receita federal, quanto ao CNAE., a mesma tem como prosperar, visto que,;



O princípio da competitividade, que também tem relação com os princípios da impessoalidade (Art. 37 da C.F), e da isonomia, pode ser explicado, com o princípio que dirige ao atos do administrador público, na direção de incentivar a maior concorrência entre os interessados em contratar com a administração pública. Já o princípio da vantajosidade, que por sua vez é desmembramento do princípio da República, nada mais é, do que o norteamento do servidor público, para que em todos os seus atos, objetivem trazer para a administração pública a proposta mais vantajosa.

A busca pela melhor proposta, é uma das finalidades da licitação (Art. 3º. Da Lei 8.666/93). Por isso, não podem ser adotadas medidas que comprometam decisivamente caráter competitivo do certame. Assim, as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, exigir ao afirmar que a recorrida empresa **CALLE RS CONSTRUTORA**, não tenha o código do CNAE., específico, é primeiramente limitar injustificadamente, o caráter competitivo da licitação, e impor à administração pública, um preço mais elevado, ferindo de morte, os princípios da prevalência do interesse público e da vantajosidade, além de afrontar o **ACÓRDÃO 1203/11 e 42/14**. O Processo licitatório, tem como objetivo, proporcionar a realização do negócio mais vantajoso para a administração pública e assegurar, em condições de igualdade, a participação dos administrados no certame.

Noutro norte, o objeto do contrato social da empresa **CALLE RS CONSTRUTORA**,, prevalece sobre o Código do CNAE.. Para melhor entendimento, necessária se faz a conceituação do CÓDIGO CNAE. Para tanto, a Receita Federal do Brasil, em seu sítio, define da seguinte forma, o CNAE.

" O CNAE., é o instrumento de padronização nacional, dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país"



O Analisar a definição do CNAE., constata-se que nada mais é do que um método utilizado pela RFB., para padronizar os códigos de atividade econômica no país, com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias, nada tendo a ver com o objeto social das empresas.

Em outras palavras, tem-se que o CNAE., é a classificação nacional de atividade econômica, composta de dígitos, que descreve qual é atividade econômica exercida pela empresa.

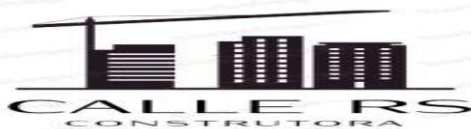
Portanto, o CNAE., não se confunde com o objeto das empresas, eu por sua vez, tem sua previsão legal no art. 997, inciso II do CÓDIGO CIVIL, vigente.

Conclui-se, então, que as atividades que serão permitidas á sociedade empresaria, são exatamente aquelas previstas no objeto de seu contrato social, e não em código CNAE.

A própria receita federal do Brasil, já manifestou entendimento no sentido de que o objeto social da empresa deve prevalecer sobre o código CNAE., "Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão das empresas por não apresentarem todas as informações sobre o seu CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo de atividade lícita, por meio do seu contrato social" (Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre - 6ª. Turma. Portal Fazenda do Governo Federal, disponível)

Cumprido salientar que, por meio dos ACORDÃO 1203/11 E 42/14, O Tribunal de Contas das União - TCU" entendeu pela impossibilidade de limitação de participação de licitantes, em certame publico, em razão do CNAE.

Em tempo, na documentação da empresa, **CALLE RS CONSTRUTORA.**, nota-se claramente, o documento anexado(ACORDÃO), que não deixa dúvidas , quanto ao CNAE., e o objeto, até porque a mesma reúne, objetos suficientes para a participação, no presente processo licitatório.( O que não foi, notado pela empresa recorrente, **AP SOARES CONSULTORIA, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**



Pelas razões expostas, concluímos que, seja, pela limitação injustificada do caráter competitivo da licitação, que se traduz, em menor vantajosidade para a administração pública, seu seja, pelo fato de que é o Objeto social da empresa que define suas atividades.

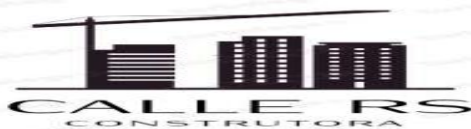
É de se lamentar, a insistência desta empresa, e a tamanha mediocridade da mesma, recorrente **AP SOARES CONSULTORIA, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**, que além de desrespeitar o ACORDÃOOS, citados acima, também desrespeita o Artigo 82, da lei 8.666/93, no que tange ao ato de tumultuar o presente processo, com procedimentos inadequadas, colocações arbitrárias, colocando em risco a transparência do presente processo, para se chegar, sabe deus, onde, ao ponto de ignorar a existência dos ACORDÃOOS acima., bem como o contrato social da recorrente, conforme, vamos analisarmos, o objetivo da sociedade, tem uma vasta relação de serviços, bem como, o serviços essencial dos itens, que foram, obtidos no lance., como por exemplo, o serviço de:

**" Construções e reformas, com o sem o fornecimento de materiais, manutenção predial(Cível, Hidráulica e Elétrica)**

**" Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva e iluminação de vias e praças publicas, remoção e instalação de postes e luminárias.**

**Em Resumo, Os serviços de manutenção predial (civil, Hidráulica e Elétrica), bem como reformas e construções, e iluminação, deixam claro, que a recorrente, pode fornecer(Pedreiro, Encanador, Eletricista, Armador, Calceteiro, Pintor, Gesseiro, etc)., somente para exemplificar que na manutenção predial, envolve, tudo isso, que foi colocado acima, contrariando, as alegações, sem base legal da recorrente empresa.**

Portanto em nenhum momento, a recorrida empresa **CALLE RS CONSTRUTORA**, deixa de atender as disposições do edital e seus anexos, atendendo prontamente ao que exigia o Edital do pregão presencial, dentro dos padrões e serviços que serão prestados, no município de **Riacho dos Machados - MG.**, mesmo porque, violar princípios revela-se tão - ou até mais - grave quanto desconsiderar dispositivo de regra. Esse é, aliás, o entendimento do jurista  Celso Antônio Bandeira de Mello" para quem "violar um princípio implica ofensa, não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos"



Nessa mesma linha de intelecção, é o magistério do jurista Jose Carlos dos Santos Carvalho Filho, que, citado Marçal Justen Filho, afirma, que:

O direito condena condutas dissociadas dos valores jurídicos e morais. Por isso, mesmo, quando não há disciplina legal, é vedado ao administrador, conduzir-se de modo ofensivo a ética e moral. A moralidade está associada a legalidade: Se uma conduta é moral, deve ser invalidada.

Assim, a simples potencialidade do dano é suficiente para que a lei se acautele, em vez de remeter a uma investigação posterior, destinada a comprovar a normalidade da conduta do agente.

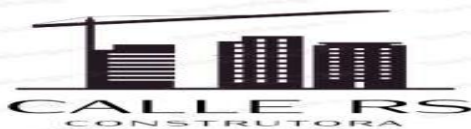
" É vedado ao administrador sobrepor um interesse particular(próprio ou de terceiros), ao interesse coletivo. Diante de conflito de interesses, o administrador deve agir com lealdade para com o interesse coletivo. A moralidade e a probidade acarretam a impossibilidade de vantagens pessoais extraídas pelo administrador. Por igual, estão proibidas vantagens ou prejuízos decorrentes de preferências pessoais dos titulares de funções públicas. Mesmo que não retirem, direta ou indiretamente, qualquer benefício, os administradores praticam atos inválidos quando interferem no destino da licitação para beneficiar-se ou prejudicar concorrentes"

Eis o que cumpria ponderar sobre os temas aventurados na pesquisa

O artigo 43, parágrafo 3º. , da lei 8.666/93, prescreve:

Art. 43., A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

Parágrafo 3º É facultado a comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.



Por fim, em observância ao princípio da isonomia, a diligência é dever da Comissão de licitação/pregoeiro, porquanto tratamento será o mesmo para todos, e qualquer licitante.

Após a exaustão dos entendimentos, que já são de conhecimento desta Douta Comissão, reafirmamos, que pelo princípio do julgamento objetivo, pelas normas da lei federal de licitação, e ainda pelo Código Civil, a proposta é entendida como um instrumento que obriga quem o formaliza, trata-se de uma declaração receptiva de vontade dirigida por uma pessoa a outra, com quem se pretende celebrar um contrato.

#### **CONCLUSÃO FINAL:**

Ante o exposto, requer seja processado o presente recurso, atribuindo-lhe o efeito suspensivo, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

Pugna, outrossim, pelo provimento do presente recurso, através da determinação a **Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados - Estado de Minas Gerais/MG.**, para que se adjudique o processo para a empresa recorrida **CALLE RS CONSTRUTORA LTDA** COMO MEDIDA DE :

J U S T I Ç A     E   T R A N S P A R E N C I A

Termos em que

Pede Deferimento.

Pirapora do Bom Jesus, 14 de fevereiro de 2024

STEFANNY EDUARDA TUPI  
SÓCIA PROPRIETÁRIA

**CALLE RS CONSTRUTORA LTDA – CNPJ 53.139.883/0001-81  
RUA DAS FILOMEIAS, 34 – CENTRO – PIRAPORA DO BOM JESUS – SP  
CEP: 06550-000 – FONE/FAX: 11 9.8683.6216**